



Preço da cesta básica cai em 24 capitais em agosto

Grupo português vence leilão do túnel Santos-Guarujá

Página 8

Poupança tem retirada líquida de R\$ 7,6 bilhões em agosto

Página 3

O preço do conjunto dos alimentos básicos caiu em agosto, na comparação com julho, em 24 capitais, de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada nesta sexta-feira (5) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Desde julho de 2025, a pesquisa engloba todas as 27 capitais do país. Anteriormente, o levantamento era feito apenas em 17.

As quedas mais importantes no preço da cesta básica ocorreram em Maceió (-4,1%),

Recife (-4%), João Pessoa (-4%), Natal (-3,7%), Vitória (-3,1%) e São Luís (-3,6%). Já as altas ocorreram em Macapá (0,9%), Palmas (0,6%) e Rio Branco (0,02%).

São Paulo foi a capital em que o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior preço (R\$ 850,84), seguida por Florianópolis (R\$ 823,11), Porto Alegre (R\$ 811,14) e Rio de Janeiro (R\$ 801,34).

Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, foram registrados os menores valores dos alimentos básicos: Aracaju (R\$ 558,16), Maceió (R\$ 596,23), Salvador (R\$ 616,23) e Natal (R\$ 622). Página 3

Poupatempo está no TOP 10 nacional do Prêmio iBest 2025

O Poupatempo, operado pela Prodesp e vinculado à Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), está entre os 10 melhores serviços do Brasil no Prêmio iBest 2025, a principal premiação de internet e tecnologia do país.

Criado em 1997, o programa se consolidou como referência nacional em atendimento ao cidadão. Hoje, são 245 postos em funcionamento — 36 abertos nesta gestão — e mais de 4,3 mil serviços digitais e presenciais que aproximam governo e população. A qualidade também aparece nos números: 98,7% de aprovação entre os usuários. Página 2

SP altera regras para o setor de combustíveis com foco na conformidade fiscal



Foto: Divulgação/Governo de SP

Página 2

BC limita a R\$ 15 mil valor de TED e Pix para instituições que usam empresas de serviços de tecnologia

Página 8

Mastercard passa a exigir gasto mínimo para acesso gratuito à sala VIP de Guarulhos

Página 3

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 5,41	Compra: 5,43
Venda: 5,41	Venda: 5,61
EURO	
Compra: 6,33	
Venda: 6,34	

Esporte

Lando Norris lidera, mas Ferrari empolga torcida na Itália

Por Tiago Mendonça

O primeiro dia de atividades do GP da Itália, na sexta-feira, 5, em Monza, serviu para encher de esperança o torcedor da Ferrari. Se é verdade que a McLaren continua na frente e Lando Norris foi o mais rápido do dia, também não dá para negar que o bom desempenho dos carros vermelhos chamou a atenção.

Lewis Hamilton foi o mais rápido na primeira sessão; enquanto no segundo treino, Charles Leclerc terminou na segunda colocação, apenas 0s083 distante do líder Norris.

Hamilton terá de cumprir uma punição de 5 posições no grid de largada, por conta de uma infração no GP anterior. Mas ainda assim as perspectivas são boas.

De forma geral, a Ferrari parece ter se apresentado como a “segunda força”, à frente de Mercedes e Red Bull, pelo menos em ritmo de classificação. Uma visão exata da relação de forças virá no treino de classificação, que está marcado para este sábado, 6, às 11h da manhã no horário de Brasília.

A corrida será disputada em 53 voltas no domingo, 7, a partir das 10h. Correndo em casa, a Ferrari aproveita o fim de semana

para correr com um layout em homenagem ao primeiro título de Niki Lauda, conquistado com a Ferrari 312T no próprio circuito de Monza, em 1975.

O carro traz a tampa do motor na cor branca e linhas finas nas cores da bandeira da Itália, bem como grafismo similar ao da época no nome dos pilotos. Os uniformes estão na cor azul, como antigamente. “Eu me sinto orgulhoso de poder homenagear o Niki este fim de semana”, falou Lewis Hamilton.

O piloto britânico viveu com Lauda uma relação quase paterna durante o período em que os dois trabalharam juntos na Mer-



Lewis Hamilton

cedes, entre 2013 e 2019, quando Lauda faleceu. “Ainda sinto como se ele estivesse aqui comigo. Às vezes, sinto que posso ouvi-lo, porque sei exatamente o que ele diria em cada situação”.

“Vai ser especial correr em Monza pela Ferrari. Por um momento, vou voltar aos meus tempos de criança, assistindo Michael Schumacher sair dos boxes. Só que desta vez sou eu, e farei de tudo para não decepcionar os fãs”, concluiu Hamilton, que é o maior vencedor da história em Monza, justamente ao lado de Schumacher: cinco vitórias cada um.

Eric Granado larga na pole na MotoE em Barcelona

Por Jácio Baldi

Franco Morbidelli renovou seu contrato com a VR46 Permatina por mais um ano e está garantido para participar do GP do Brasil de MotoGP em 2026. Isso pôs fim a meses de especulações, ligando Pedro Acosta à equipe de Valentino Rossi. Durante a negociação Franco disse, “Há muita conversa fiada circulando por aí”, brincou. “Quando nos sentamos e conversamos, ambas as partes estão muito abertas uma à outra”. “É um tipo de negociação muito singular e certamente a parte mais séria é cuidada por Gianluca Falcione”. “Enquanto

entre mim e Uccio, eu e Vale, estamos apenas conversando abertamente e isso é muito bom”, finalizou o italo-brasileiro.

Questionado se havia alguma cautela quanto à troca da GP24 pela GP25 no próximo ano, Morbidelli disse: “Não devemos ter esse tipo de preocupação em relação à Ducati, pois todos nós conhecemos o potencial da fábrica italiana, a qualidade das motos e sua forma de trabalhar” finalizou.

A Tech3-KTM, que entrou na categoria principal em 2001 e sempre comandada por Hervé Poncharal, foi oficialmente vendida a um consórcio liderada por Guenther Steiner, engenheiro italiano

que atuava como CEO da equipe Haas de F1. “Este é o fim de uma era, mas também o início de outra emocionante para todos nós”, disse Poncharal. “Estou muito orgulhoso de tudo o que conquistamos desde o nascimento da Tech3, vencendo corridas na MotoGP e obtendo muitos pódios”. “Quando Guenther me abordou com interesse na equipe, percebi-me que era o momento perfeito para fazer essa mudança, sei que Guenther liderará a equipe com ambição e integridade — sem esquecer aquele espírito rock’n’roll que a embasou” disse o francês com sorriso nos lábios.

Fábio Quartararo testará a nova Yamaha antes do previsto.

O primeiro contato com a nova Yamaha V4 seria nos testes oficiais, logo após o GP de Misano. Mas o francês disse que a Equipe fará testes privados no Circuito de Montmeló, na segunda-feira após os GP de Barcelona. Fábio terá que participar do Q1 no sábado. “Claramente, esta manhã não foi um bom treino, já à tarde foi um pouco melhor, mas infelizmente, nas últimas duas voltas, tive duas bandeiras amarelas no Setor 1 e não consegui fazer uma segunda volta rápida”, disse Quartararo que afirmou ser uma pena, pois teria chances de entrar direto no Q2.

Pecco Bagnaia continua seu calvário. O piloto ficou na 21ª

posição, entre dois pilotos de testes, Aleix Espargaró da Honda e Lorenzo Savadori da Aprilia. “Sinceramente, não sei mais o que dizer, porque no final é sempre a mesma história e eu estou realmente no limite, não sabemos para onde ir”, disse. “Em Balaton, terminei o fim de semana com muita confiança, estava feliz, pronto para chegar aqui, uma pista que é boa para mim e me sair bem, em vez disso, estou entre dois pilotos de testes” falou desoladamente.

Na MotoE, Eric Granado, apesar da cinematográfica queda que teve na prova em Cascavel semana passada, ficou com a pole para as provas de sábado na categoria elétrica. As provas dessa categoria acontecem nesse sábado às 7:10h e 11:10h da manhã. Entre essas corridas acontecerão os treinos classificatórios das demais categorias e a corrida Sprint da MotoGP às 10h com quinze voltas. Haverá transmissão pela ESPN.

São Paulo é o estado que mais investe em seguro rural no país

Poupatempo está no TOP 10 nacional do Prêmio iBest 2025

O Poupatempo, operado pela Prodesp e vinculado à Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), está entre os 10 melhores serviços do Brasil no Prêmio iBest 2025, a principal premiação de internet e tecnologia do país.

Criado em 1997, o programa se consolidou como referência nacional em atendimento ao cidadão. Hoje, são 245 postos em funcionamento — 36 abertos nesta gestão — e

mais de 4,3 mil serviços digitais e presenciais que aproximam governo e população. A qualidade também aparece nos números: 98,7% de aprovação entre os usuários.

A votação popular segue aberta até 26 de outubro no site do iBest (<https://app.premioibest.com/votacao/governo-estadual>) e definirá os finalistas que avançam ao TOP 3 nacional. (Governo de SP)

Na contramão do cenário nacional, São Paulo é o estado que mais investe em Seguro Rural no Brasil, proporcionando mais segurança e confiança ao produtor. O Governo paulista, por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, subsidia até 30% do valor do prêmio do Seguro Rural. Somente, nos últimos dois anos, R\$ 13 bilhões em produção foram protegidos, com mais de 40 mil produtores beneficiados, contribuindo para a segurança alimentar, manutenção de empregos rurais e valorização do trabalho no campo.

Para o secretário de Agricultura e Abastecimento de SP, Guilherme Piai, o produtor precisa de mais tranquilidade no campo, com custo acessível e grande retorno em segurança. “Liberamos mais de R\$ 100 milhões em recursos para o seguro rural. Com isso, nós devemos dobrar os atendimentos do último ano. Em 2024, 21 mil produtores se beneficiaram e ti-

veram suas produções asseguradas”, reforça, Guilherme Piai.

O montante se soma a outros R\$ 100 milhões liberados em 2024, o que desponta como o maior seguro rural da história de São Paulo. O recurso protege a renda dos produtores, amenizando os impactos da estiagem e dos incêndios. Vale destacar que a cada R\$ 1 investido pelo Estado, são protegidos, em média, R\$ 60 em valor de produção agrícola, pecuária ou florestal.

A área coberta por seguro rural no Brasil reduziu drasticamente em cerca de 47%, em três anos. Os dados são do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) que ainda aponta que em 2021, mais de 13 milhões de hectares estavam protegidos; em 2024, esse número chegou a 7,2 milhões.

A defasagem em seguro rural é um dos maiores problemas do agronegócio brasileiro, que possui menos de 10% da área plantada protegida pelo recurso, segundo o Ministério da Agricul-



Foto/Divulgação

tura, quantia muito inferior a outras potências agropecuárias. Os Estados Unidos, a título de comparação, possuem cerca de 80% de sua área cultivada atendida pelo seguro.

Subvenção estadual

Além de São Paulo, o Paraná também desenvolve uma política de seguro rural com recursos do estado. Nos últimos 15 anos, o PR destinou R\$ 88,6 milhões

para a subvenção de 47,1 mil apólices de seguro rural. Para a Safra 2024/25, foram destinados R\$ 10 milhões para o programa, segundo dados da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná. Minas Gerais também possui um programa de apoio aos produtores por meio da subvenção, o Minas + Seguro, que está sem destinação de aportes nos últimos anos. (Governo de SP)

Infra BR vence leilão do Lote Paranapanema com desconto de 11,60% sobre a contraprestação do Estado

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), realizou nesta sexta-feira (5), na B3, o leilão do Lote Paranapanema. O certame consagrou a empresa Infra BR, do Grupo Pátria, que ofereceu proposta de desconto de 11,60% sobre a contraprestação pública máxima anual de referência, de cerca de R\$ 310 milhões.

A concessão firma a Rodovia Raposo Tavares (SP-270) como importante rota do agronegócio no Sudoeste paulista, ligando Itapetininga a Ourinhos, e ainda beneficia outros 11 municípios das regiões de Marília e Sorocaba com mais segurança, fluidez e competitividade logística.

“Este dia de leilão é simplesmente uma passagem desse ativo para a iniciativa privada para iniciar uma jornada de investimento e transformação. Fizemos o dever de casa com o SP na Direção Certa: fomos rigorosos com as contas, fizemos reforma administrativa e revisão de benefícios tributários, tudo isso para que tivéssemos fôlego para poder bancar aportes e contrapartidas e fazer parcerias público-privadas. Esse desconto de 11,60% representa mais de R\$ 1 bilhão de economia para os cofres de São Paulo. Das 10 melhores rodovias do Brasil, nove estão em São Paulo. Temos de longe a melhor infraestrutura do Brasil, que nos diferencia de outros estados. Não é por acaso que as pessoas buscam SP para fazer investimentos”, disse o governador Tarcísio de Freitas.

A empresa vencedora ofereceu, nos envelopes, desconto inicial de 10,10% e elevou o percentual na etapa de Viva Voz, chegando aos 11,60%. O leilão também teve como licitantes a empresa CS Infra e o consórcio Viaja + SP. A primeira ofereceu, na etapa dos envelopes, desconto de 3,20%. Já o consórcio Viaja +



Foto/João Valério/Governo de SP

o Lote Paranapanema se soma aos projetos Nova Raposo e Rota Sorocabana e forma um corredor totalmente duplicado e qualificado na Raposo Tavares.

SP ofereceu 8,41% (envelopes) e 10,60% (Viva Voz).

“Essa é mais uma concessão que vai trazer ganho de eficiência, menos tempo de viagem, redução de mortes e de custo logístico. Realizamos esses leilões para trazer benefícios para a população”, afirmou o secretário de estado de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

A concessão abrange 285 km — trechos da SP-270 (Raposo Tavares), SP-189 (Eng. Lauri Simões de Barros), SP-278 (Mello Peixoto) e acessos. O contrato prevê a duplicação de mais de 150 km, com novas passarelas, paradas de ônibus, acostamentos, vias marginais, e dispositivos em desnível e em nível. Também estão incluídos iluminação em LED nas áreas urbanas, CFTV, painéis de mensagens variáveis, conectividade, postos de pesagem e ambulâncias para atendimento médico.

A operação contará com monitoramento 24 horas, atendimento a incidentes, inspeções de tráfego e serviços de guincho e pronto-atendimento, atrelados a metas de qualidade com deduções em caso de descumprimento — reforçando o foco em segurança viária e eficiência operacional.

Estruturado com ampla escuta pública, o projeto recebeu mais de 250 contribuições em audiências e consulta, com 53% acolhidas total ou parcialmente. O desenho final incorpora obras de drenagem e controle de enchentes, passagens de fauna e demais medidas ambientais.

O impacto regional alcança diretamente Angatuba, Bernardino de Campos, Buri, Campina do Monte Alegre, Canitar, Chavantes, Ipaussu, Itai, Itapetininga, Ourinhos, Paranapanema, Piraju e Tejuapá. A duplicação integral do trecho da Raposo Tavares transforma a rodovia em alternativa estratégica à Castello Branco (SP-280), conectando o interior e a região Centro-Oeste ao Porto de Santos e reduzindo gargalos logísticos.

“No fim das contas, estamos falando de vidas, de pessoas, de qualidade de vida. Para isso, temos que ter segurança viária. Sempre que fazemos duplicações e pavimentações num projeto robusto como esse, falamos também de meio ambiente e resiliência climática. Está tudo interligado”, afirmou a secretária de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende.

O Lote Paranapanema se soma aos projetos Nova Raposo e Rota Sorocabana (concedidos em 2023), formando um corredor totalmente duplicado e qualificado na Raposo Tavares, com melhor distribuição do fluxo e menor pressão sobre a Castello Branco.

“Essa conquista reafirma o nosso compromisso de investir em projetos de infraestrutura que contribuem para o desenvolvimento do estado e do país. Estamos preparados para alocar todos os recursos e esforços para realizar as melhorias nas rodovias, garantindo segurança, conforto e eficiência”, afirmou Thiago Bronzi, sócio do Grupo Pátria.

Siga Fácil

Um dos diferenciais do projeto é o Siga Fácil — sistema de pódios eletrônicos que substitui praças físicas e aplica tarifa proporcional à distância percorrida, com leitura automática por tags e placas, trazendo mais fluidez e segurança. O sistema entrará em operação apenas após a entrega das vias marginais gratuitas, garantindo que o tráfego local (deslocamentos entre bairros) não seja tarifado e separando o fluxo de longa distância do tráfego urbano. A solução reduz congestionamentos, tempo de viagem e emissões de CO.

Com o Siga Fácil, o motorista paga apenas pelo trecho percorrido. Supervisionado pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), ele elimina filas e reduz acidentes. O sistema será implantado gradualmente nos projetos de concessão mais recentes, como o Novo Litoral Paulista, a Nova Raposo e a Rota Sorocabana, além dos contratos já existentes. O site sigafacil.sp.gov.br traz o mapa de pódios, formas de pagamento e canais de atendimento. (Governo de SP)

São Paulo altera regras para o setor de combustíveis com foco na conformidade fiscal

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) publicou nesta sexta-feira (5) a Portaria SRE nº 56, de 2025, no Diário Oficial do Estado, que altera a Portaria CAT nº 02, de 2011, e estabelece critérios mais rigorosos para a concessão e alteração da inscrição estadual de empresas que atuam no setor de combustíveis.

O objetivo é fortalecer a base normativa de combate às fraudes fiscais no setor, dificultando o surgimento e a manutenção de empresas criadas apenas para operações de fachada, alinhada

às melhores práticas em matéria de tratamento ao devedor contumaz.

Entre as principais novidades, destaca-se a exigência de que a base de armazenamento e distribuição esteja localizada em São Paulo e seja de propriedade do próprio estabelecimento requerente, vedando a cessão ou o arrendamento de instalações de terceiros. Adiciona-se ao regimento tratamento adequado para concessão e validade de inscrição em fase pré-operacional.

Com as alterações promovidas, implementa-se maior padrão

de conformidade e integridade no trato da abertura e funcionamento das empresas do setor, fortalecendo as ações de combate a fraudes fiscais estruturadas e irregularidades tributárias no setor de combustíveis.

Para as empresas que não comprovarem o cumprimento das exigências previstas na norma, será instaurado procedimento administrativo para suspensão da sua inscrição estadual e, sendo o caso, sua cassação.

Com a atualização da Portaria CAT nº 02, de 2011, a Se-

cretaria reforça sua missão institucional de combater a sonegação fiscal, assegurando a arrecadação do ICMS, garantindo os recursos necessários para o desenvolvimento das políticas públicas à população e promovendo um ambiente de concorrência leal em todo o estado. Como efeito adicional, ações como essa também contribuem, positivamente, para coibir práticas que podem afetar a qualidade dos combustíveis e, assim, beneficiar indiretamente o consumidor paulista. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Vereadores(as) Bolsonaroistas [não só pelo PL], que disputarão em 2026 cadeiras na ALESP ou Câmara Federal, vão usar recortes nas suas campanhas como parte do que apoiaram [inclusive anistia] em 07 setembro 2025

PREFEITURA (São Paulo)

Ricardo Nunes (MDB) pode ser candidato [pelo MDB do ex-presidente Temer] a governador (SP) em 2026. Poderá usar recortes na sua possível campanha como parte do que apoiou [inclusive anistia] em 07 setembro 2025

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputados(as) Bolsonaroistas [não só pelo PL] que disputarão em 2026 cadeiras na ALESP ou cadeiras na Câmara Federal, vão usar recortes nas suas campanhas como parte do que apoiam [inclusive anistia] em 07 setembro 2025

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio Freitas (Republicanos) pode disputar ou a sua reeleição pra o cargo de governador, ou a Presidência em 2026. Poderá usar recortes na sua campanha como parte do que apoiou [inclusive anistia] em 07 setembro 2025

CONGRESSO (Brasil)

Deputados(as) federais [não só pelo PL] que disputarão em 2026 cadeiras na Câmara Deputados ou Senado Federal. Vão usar recortes nas suas campanhas como parte do que apoiaram [inclusive anistia] em 07 setembro 2025

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Lula vai disputar sua possível 2ª reeleição como senhor e dono absoluto do seu PT. Entre os recortes que deve usar na campanha na sua campanha em 2026 muitos serão pela desconstrução do 07 setembro 2025 Bolsonaroista

PARTIDOS (Brasil)

Costa Neto (dono do PL) vai usar tudo o que puder das imagens e falas do que aconteceu [principalmente na av. Paulista - São Paulo], pra recortes nas campanhas 2026 de seus candidatos aos governos estaduais e à Presidência

JUSTIÇAS (Brasil)

Alexandre Moraes vai completar 57 anos em 13 dezembro 2025. Portanto, terá muito tempo pra permanecer no Supremo [até completar 75 anos]. Até lá, muitas outras histórias vão ser escritas [no Brasil e nos Estados Unidos]

ANO 33

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar - Bela Vista - SP CEP: 01332-030 Filial: Curitiba / PR

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822 Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC Notícias Agrícolas Folhpress

Governo de São Paulo Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

Preço da cesta básica cai em 24 capitais em agosto

O preço do conjunto dos alimentos básicos caiu em agosto, na comparação com julho, em 24 capitais, de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada nesta sexta-feira (5) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Desde julho de 2025, a pesquisa engloba todas as 27 capitais do país. Anteriormente, o levantamento era feito apenas em 17.

As quedas mais importantes no preço da cesta básica ocorreram em Maceió (-4,1%), Recife (-4%), João Pessoa (-4%), Natal (-3,7%), Vitória (-3,1%) e São Luís (-3,6%). Já as altas ocorreram em Macapá (0,9%), Palmas (0,6%) e Rio Branco (0,02%).

São Paulo foi a capital em que o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior preço (R\$ 850,84), seguida por Florianópolis (R\$ 823,11), Porto Alegre (R\$ 811,14) e Rio de Janeiro (R\$ 801,34).

Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, foram registrados os menores valores dos alimentos básicos: Aracaju (R\$ 558,16), Maceió (R\$ 596,23), Salvador (R\$ 616,23) e Natal (R\$ 622).

Acumulado do ano

A comparação dos valores da cesta, de agosto de 2024 com o



Foto: Valtter Campanato/ABr

mesmo mês de 2025, mostrou que nas 17 capitais onde a pesquisa era realizada nesse período, houve alta de preço em todas, com variações entre 3,3%, em Belém, e 18%, no Recife.

No acumulado do ano, ou seja, de janeiro a agosto de 2025, nas 17 capitais pesquisadas, 13 cidades tiveram alta e quatro apresentaram queda.

As maiores elevações ocorreram em Fortaleza (7,32%), Recife (6,93%) e Salvador (5,54%). As capitais com variação negativa foram Goiânia (-1,85%), Brasília (-0,55%), Vitória (-0,53%) e Campo Grande (-0,20%).

Com base na cesta mais cara, registrada em São Paulo (agosto), e levando em consideração a determinação constitucional de que o salário-mínimo deveria ser suficiente para suprir as despesas de uma família, de quatro pessoas, com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, hi-

giene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estimou que o valor do salário mínimo necessário, no sétimo mês do ano, deveria ter sido de R\$ 7.147,91 ou 4,71 vezes o mínimo atual de R\$ 1.518.

Em agosto de 2024, o salário-mínimo necessário deveria ter ficado em R\$ 6.606,13 ou 4,68 vezes o valor vigente na época, que era de R\$ 1.412.

Tomate, arroz e feijão

O preço do tomate, em agosto, em comparação com julho, diminuiu em 25 das 27 capitais pesquisadas com variações entre -26,8%, em Brasília, e -3,1%, em Belém.

Os aumentos ocorreram em Macapá (9,1%) e Palmas (2,6%).

O preço médio do arroz agulhinha ficou menor também em 25 das 27 cidades, com destaque para Macapá (-8,7%) e Florianópolis (-5,7%). Houve aumento em duas capitais: Porto Alegre

(0,9%) e Rio Branco (0,9%).

O preço do feijão tipo preto, pesquisado nas cidades do Sul, no Rio de Janeiro e em Vitória, apresentou queda em todas as capitais, com destaque para Rio de Janeiro (-6,9%) e Vitória (-3,6%).

O feijão carioca, cujo valor é coletado nas demais capitais, aumentou apenas em Campo Grande (0,4%) e Teresina (0,1%). As quedas mais importantes foram registradas em São Luís (-5,2%), Belo Horizonte (-4,6%) e Porto Velho (-4,19%).

Café e carne bovina

O preço do café em pó caiu em 24 capitais. As variações mais expressivas ocorreram em Brasília (-5,5%), João Pessoa (-4,7%) e Belo Horizonte (-4,7%). As altas foram observadas em Teresina (0,3%) e Fortaleza (0,1%). Em Aracaju, o preço não variou.

O valor da carne bovina de primeira diminuiu em 18 capitais, com percentuais entre -3,8%, em Vitória, e -0,1%, em Florianópolis. Em São Luís, o valor médio não variou. Aumentos foram registrados em oito capitais, como em Rio Branco (2,2%) e Campo Grande (2,1%).

“As exportações de carne cresceram em agosto, apesar do aumento das tarifas norte-americanas, e a oferta de abate foi menor, mas, mesmo assim, algumas cidades apresentaram queda no varejo”, destacou o Dieese. (Agência Brasil)

Poupança tem retirada líquida de R\$ 7,6 bi em agosto



Foto: Marcelo Casal Jr./ABr

O saldo da aplicação na caderneta de poupança caiu em agosto, com registro de mais saques do que depósitos. As saídas superaram as entradas em R\$ 7,6 bilhões, de acordo com relatório divulgado nesta sexta-feira (5) pelo Banco Central (BC).

No mês passado, foram aplicados R\$ 346,8 bilhões, contra saques da ordem de R\$ 354,4 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R\$ 6,5 bilhões. O saldo da poupança é pouco mais de R\$ 1 trilhão.

Trata-se do segundo mês seguido de resultado negativo na poupança. Os quatro primeiros meses do ano também foram de retiradas, seguidos dos meses de maio e junho com entradas líquidas. No acumulado de 2025, a caderneta tem resgate lí-

quido de R\$ 63,5 bilhões.

Nos últimos anos, a caderneta vem registrando mais saques que depósitos. Em 2023 e 2024, as retiradas líquidas da poupança foram R\$ 87,8 bilhões e R\$ 15,5 bilhões, respectivamente.

Entre as razões para os saques está a manutenção da Selic – a taxa básica de juros – em alta, o que estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho.

Em julho, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC interrompeu o ciclo de aumento de juros após sete altas seguidas na Selic.

A autoridade monetária informou que, por enquanto, pretende manter os juros básicos em 15% ao ano, mas não descartou a possibilidade de voltar a elevar a Selic caso seja necessário. (Agência Brasil)

BC endurece regras de segurança para instituições de pagamento



Foto: Fábio Rodrigues-Pozzebom/AgBr

Após operações policiais contra a lavagem de dinheiro do crime organizado por meio de fintechs, o Banco Central (BC) decidiu implementar a partir desta sexta-feira (5) medidas para proteger o Sistema Financeiro Nacional (SFN), como a limitação em R\$ 15 mil para transferências via Pix e TED feitas por alguns tipos de instituições.

A limitação entra em vigor de imediato e atinge instituições de pagamento não autorizadas pelo BC e as empresas que se conectam à Rede do Sistema Financeiro Nacional via Prestadores de Serviços de Tecnologia da Informação (PSTI).

Tais empresas funcionam de forma provisória, enquanto aguardam a autorização. A partir de agora, contudo, novas empresas que queiram entrar nesse

mercado não poderão operar antes que obtenham autorização do BC. Além disso, foi antecipado, de dezembro de 2029 para maio do ano que vem, o prazo para que as instituições de pagamento solicitem autorização para funcionamento.

De acordo com o BC, há 75 instituições de pagamentos que ainda não fizeram o pedido de autorização, enquanto outras 40 empresas deram entrada no processo e aguardam autorização para operar. “Nenhuma instituição de pagamento poderá começar a operar sem prévia autorização”, alertou o BC.

Em caso de ter a autorização negada, a instituição de pagamento deverá encerrar suas atividades em 30 dias. “O BC poderá requerer certificação técnica ou avaliação emitida por empresa quali-

ficada independente que ateste o cumprimento dos requisitos autorizativos”, explicou o órgão.

O BC decidiu ainda excluir o acesso de cooperativas, que não podem mais figurar como responsáveis pelo Pix de instituições de pagamento. Elas terão 120 dias para adequar seus contratos.

Por último, o BC decidiu impor um capital social mínimo de R\$ 15 milhões para que Prestadores de Serviços de Tecnologia da Informação (PSTI) possam obter permissão para acessar a Rede do Sistema Financeiro Nacional, por meio da qual são realizadas transações bancárias.

Ao apresentar as medidas, o presidente do Banco Central, Gabriel Galipolo, disse que o órgão não busca demonizar as instituições de pagamento e as fintechs em geral, responsáveis por levar serviços financeiros a uma grande faixa da população antes excluída do SFN.

“Tanto os bancos chamados de incumbentes, os antigos, como os novos que entraram no mercado foram responsáveis por uma inclusão fantástica do ponto de vista do sistema financeiro, com facilitação de serviços para a população”, afirmou.

Ele destacou que a norma com as exigências completas para que PSTI possam se cadastrar junto ao Banco Central deve ser

publicada no Diário Oficial da União (DOU) ainda nesta sexta, com novas e extensas exigências de segurança.

Galipolo insistiu que o BC não busca discriminar nenhum tipo de empresa, mas implementar regras que possam permitir um melhor funcionamento de todas as instituições necessárias para o funcionamento adequado do sistema financeiro.

“Acho que a questão reside muito mais no processo de governança e de relação entre instituições”, disse.

Na semana passada, foram lançadas três operações contra a lavagem de dinheiro pelo crime organizado: Carbono Oculto, Quasar e Tank. Segundo a Polícia Federal (PF), as investigações alcançam mais de R\$ 50 bilhões em movimentações financeiras suspeitas.

Em novembro, a PF deflagrou também outra operação, tendo como alvo um “complexo sistema bancário paralelo e ilegal”, que teria movimentado dinheiro no Brasil e fora, em países como Estados Unidos, Canadá, Panamá, Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru, Holanda, Inglaterra, Itália, Turquia, Dubai e especialmente Hong Kong e China, “para onde se destinava a maior parte dos recursos de origem ilícita”. (Agência Brasil)

Mastercard passa a exigir gasto mínimo para acesso gratuito à sala VIP de Guarulhos

No início desta semana, a Mastercard definiu novas regras de acesso às salas VIP da marca no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Agora, é preciso alcançar um gasto mínimo no trimestre anterior à visita para ter acesso gratuito aos espaços.

Esse valor mínimo, segundo a companhia, varia conforme o emissor do cartão. Bancos como BTG Pactual, Bradesco, C6 Bank e Sisprime já anunciaram, em comunicados aos seus clientes, que será necessário gastar pelo menos R\$ 15 mil por trimestre. Caso o cliente não atinja esse valor, o acesso será liberado mediante o pagamento da taxa padrão de US\$ 35 dólares (R\$ 189). Acompanhantes seguem permitidos, ao custo de R\$ 200 por pessoa.

Anteriormente, clientes com o cartão Mastercard Black (emitido no Brasil) podiam entrar gra-

tuitamente nas salas Mastercard Black em Guarulhos. Com a popularização desse tipo de cartão, frequentemente as salas ficavam lotadas, o que gerava frustração e reclamações de muitos clientes. A nova regra restringir o acesso gratuito a um número menor de clientes.

No mesmo sentido, as bandeiras também têm lançado novos cartões para atender os clientes de alta renda, como o Visa Infinite Privilege e o Mastercard World Legend – inclusive com novas salas VIP exclusivas aos seus portadores.

As novas regras, no entanto, valem apenas para as salas da Mastercard no aeroporto de Guarulhos. Os acessos gratuitos em salas do mundo todo, oferecidos pelos cartões Black em parceria com a LoungeKey, continuam vigentes. (Folhapress)

B3 anuncia projeto de redução do prazo de liquidação de ações para um dia útil

A B3 anunciou na sexta-feira (5) que está conduzindo um projeto com participantes do mercado para reduzir o ciclo de liquidação da compra e venda de ações do atual intervalo de dois dias úteis (D+2) para um dia útil (D+1).

A mudança, prevista para entrar em vigor em fevereiro de 2028, visa alinhar o Brasil a outros mercados, como Estados Unidos e Europa, que já adotam ou estão em processo de adotar o ciclo D+1.

Segundo a B3, os mais de dois anos de prazo são necessários para que toda indústria possa se preparar, testar seus sistemas e coordenar as ações para que a transição ocorra sem gerar riscos para o mercado ou para os investidores.

“O cronograma estendido e a criação de grupos de trabalho específicos para a construção de um plano de migração que atenda às particularidades do mercado brasileiro são fundamentais para mitigar riscos e construir soluções robustas”, diz Viviane Basso, vice-presidente de Operações da B3.

A B3 ainda vai definir, junto à indústria, como acontecerá esse plano de migração. São considerados dois caminhos: uma migração faseada, por ativo, ou uma mudança com data única.

Segundo a operadora da Bolsa de Valores brasileira, a mudança trará um aumento da eficiência operacional.

“A redução da fricção nos processos não só facilitará a implementação de um ciclo de liquidação mais ágil, mas também poderá trazer benefícios em termos de custos e competitividade para o mercado financeiro brasileiro”, afirma Viviane.

Essa e outras mudanças são discutidas pelo Comitê da Indústria, formado por representantes de grandes instituições financeiras. Ele é responsável por definir os temas prioritários e discutir as diretrizes necessárias para a evolução do mercado local. Esse comitê, criado pela B3, também é responsável por convidar reguladores e associações do mercado para pautas e reuniões específicas. (Folhapress)

Presidente autoriza uso de R\$ 12 bi para renegociação de dívidas rurais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou na sexta-feira (5), uma Medida Provisória (MP) de renegociação de dívidas rurais. Serão R\$ 12 bilhões para apoiar até 100 mil produtores, principalmente pequenos e médios agricultores que sofreram com secas e enchentes nos últimos anos.

O objetivo do governo com essa MP é proporcionar condições mais favoráveis para que agricultores endividados regularizem sua situação financeira e mantenham a produção de alimentos. Em vídeo nas redes sociais, Lula explicou que a renegociação poderá ser feita por produtores que perderam duas safras nos últimos cinco anos.

“Nos últimos anos, secas prolongadas e fortes enchentes causaram grandes perdas aos nossos agricultores, gerando dívidas e travando o crédito para a preparação da nova safra. Por isso, tomei a decisão de darmos mais

uma garantia ao setor. A medida vale para pequenos, médios e grandes produtores com duas perdas de safras nos últimos cinco anos em municípios que decretaram calamidade duas vezes nesse período”.

De acordo com o governo federal, essa renegociação tem capacidade de alcançar cerca de 96% dos pequenos e médios agricultores que hoje estão inadimplentes ou com dívidas prorrogadas.

Para aderir à renegociação, o produtor precisa comprovar as perdas de safra nos últimos cinco anos e estar localizado em municípios que decretaram estado de calamidade ao menos duas vezes nesse período. O prazo de pagamento dos produtores será de até nove anos, com carência de um ano.

Os R\$ 12 bilhões disponibilizados serão repassados do Tesouro Nacional para os bancos públicos, privados e cooperativas de crédito, com o BNDES na



Foto: Tomaz Silva/ABr/Arquivo

estruturação. As taxas de juros serão mais baixas que as praticadas no mercado. Elas vão variar de acordo com o porte do produtor. Cerca de 6% ao ano para pequenos, 8% para médios e 10% para os demais.

Os limites de crédito vão de R\$ 250 mil no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), até R\$ 1,5 milhão no Programa Nacional de

Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e R\$ 3 milhões para os demais produtores.

A regulamentação das condições será definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), responsável por estabelecer os tetos e parâmetros finais. Já o risco de crédito será integralmente assumido pelas instituições financeiras, sem transferência para o Tesouro. (Agência Brasil)

continuação				
Valor residual	622.105	57	622.162	
Saldo em 19/04/2024	622.105	57	622.162	
Acumulado	(1)	(1)		
Depreciação	(701)		(701)	
Baixa - custo	621.404	56	621.460	
Saldo em 31/03/2025	621.404	56	621.460	
Depreciação acumulada	621.404	(26)	(26)	
Valor residual	621.404	56	621.460	
Valores residuais de:				
Mais-valias	65.860	56	65.916	
Menos-valias	555.544		555.544	
Taxas médias anuais de depreciação - %		2,2%		

Em 31/03/2025, os valores justos das propriedades para investimentos foram determinados por profissionais qualificados, considerando a melhor estimativa com base em análises realizadas. Esses valores foram estimados com base em valor de mercado e totalizam aproximadamente R\$ 2 bilhões (2024 - R\$ 1,9 bilhão). Em 31/03/2025, um total de 500 hectares de terras pertencentes a ABV, no valor de R\$ 7.400 foram oferecidos como garantia em processos tributários (2024 - 2.496 hectares no valor de R\$ 37.920). **9. Imobilizado - Consolidado** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretos e atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. As terras não são depreciadas. A depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear para baixo o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

	Ter. Veic. Imobili-	zados	Total	
Saldo em 19/04/2023	3.820	19	3	3.842
Acumulado	(2)	(1)	(3)	
Depreciação	3.820	17	5	3.842
Saldo em 31/03/2024	3.820	11	5	3.842
Custo total	(96)	(6)	(102)	
Depreciação acumulada	3.820	17	5	3.842
Valor residual	3.820	17	5	3.842
Saldo em 19/04/2024	3.820	17	5	3.842
Depreciação	2.153	(1)	(1)	2.153
Baixa - custo	(113)	(113)		
Baixa - depreciação	96	96		
Saldo em 31/03/2025	5.973	12	5	5.978
Custo total	5.973	(12)	(5)	5.985
Depreciação acumulada	5.973	(7)	(7)	5.978
Valor residual	5.973	12	5	5.978
Custo histórico	5.973		5	5.978
Taxas médias anuais de depreciação - %		20,0%	20,0%	

(i) No exercício findo em 31/03/2025, não foram identificados nenhum evento que indicasse a redução do valor recuperável (impairment) dos seus ativos imobilizados. **10. Intangível - Consolidado** O ativo (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O goodwill de aquisições de controladas é reconhecido como "ativo intangível". O ativo e o intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC. A avaliação foi realizada com base no valor justo da unidade geradora de caixa a qual o ativo foi atribuído, o qual corresponde substancialmente às propriedades de investimentos da controlada ABV, avaliadas pelo montante aproximado de R\$ 2 bilhões (Nota 8) (2024 - R\$ 1,9 bilhão). O Direito de Serviço Ambiental foi adquirido com o propósito de facilitar a compensação de déficit de reserva legal em propriedades rurais. O respectivo Direito foi adquirido na forma de Instrumento Particular de Compromissos de Instituição e Alienação de Serviço Ambiental Perpétua e Outras Avenças e não possui prazo de duração, motivo pelo qual não foi definida vida útil a este ativo intangível. Nesse contexto, não foram identificados nenhum evento que indicasse a redução do valor recuperável (impairment) do Direito de Serviço Ambiental.

	Agio (goodwill)	Direito de Serviço Ambiental	Total	
Saldo em 1º de abril de 2023	58.736	3.605	62.341	
Aquisição	2	2		
Saldo em 31 de março de 2024	58.736	3.607	62.343	
Custo total	58.736	3.607	62.343	
Valor residual	58.736	3.607	62.343	
Saldo em 1º de abril de 2024	58.736	3.607	62.343	
Aquisição	2	2		
Saldo em 31 de março de 2025	58.736	3.607	62.343	
Custo total	58.736	3.607	62.343	
Valor residual	58.736	3.607	62.343	

11. Imposto de renda e contribuição social O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e, 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Exceto para a controlada ABV que adota o regime de tributação pelo "Lucro Presumido", no qual as receitas são tributadas com base em percentuais de presunção. Para IRPJ sobre receitas de arrendamento de terras, a presunção é de 32%, e para receitas de vendas de produtos é de 8%, para a CSLL, a presunção é de 32% para receitas de arrendamento e 8% para receitas de produtos. Sobre esses valores presumidos, aplica-se a alíquota de 15% referente a IRPJ, e a qual exceder R\$ 20 ao mês o adicional de 10% IRPJ, e alíquota de 9% referente a CSLL. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Tributo diferido ativo é reconhecido para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias que não foram utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. É mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias

Os acionistas da Luiz Ometto Participações S.A. Américo Brasileiro/SP Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Luiz Ometto Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Luiz Ometto Participações S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas

quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda e contribuições sociais lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados. (a) **Saldos** O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no balanço quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total de imposto na data das demonstrações financeiras. Em 31/03/2025, os saldos de imposto de renda e contribuição social estão representados da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado	2025	2024	2025	2024
Ativo Ativo Ativo - Antecipações						
Em Tributos a recuperar - IRPJ e CSLL a recuperar	5.791	5.739	5.794	5.739		
No passivo circulante						
Em IRPJ e CSLL a recuperar	48.625	62.056	51.653	65.130		
No passivo não circulante						
Débitos diferidos sobre:						
- Mais-valias de propriedades para investimentos (deemed cost)			188.886	189.173		

(i) O saldo a pagar contempla alterações de entendimentos das autoridades fiscais pormenorizada na nota explicativa 12. (b) **Reconhecimento da alíquota** Os encargos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com as alíquotas vigentes, com o seguinte resultado:

	Controladora	Consolidado	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do IR e da CS	170.314	474.415	182.597	486.449		
Alíquota máxima do IR e da CS	34%	34%	34%	34%		
	(57.906)	(161.301)	(62.083)	(165.393)		

Tributos sobre adições (excluídas) permanentes: Resultado de equivalência patrimonial 62.597 131.084 44.488 114.309 Juros sobre o capital próprio recebidos de terceiros (21.736) (10.825) (21.736) (10.825) Investidas (10.825) (10.825) (10.825) Juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas 17.605 19.004 17.605 19.004 Ganhos de capital pela venda de ativo 7.223 - 7.223 - Ganhos de capital pela venda de ativo (terra nua) 3 - (911) - (911) Outras diferenças permanentes 3 5 3 5 Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido 13.483 - 13.483 - Diferença de taxa do adicional de alíquota Tributados diferidos sobre saldo de prejuízo, não registrados (i) (674) - (674) - Tributos no resultado Alíquota efetiva de IR e CS 0,06% 3,31% 4,03% 4,74% Reconciliação de tributos registrados no resultado: IR e CS correntes (99) (24.059) (7.362) (31.490) IR e CS diferidos 8.362 - 8.409 - (ii) Conservadoramente, quando aplicável, os créditos tributários diferidos apurados no exercício sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não são reconhecidos contabilmente em função da incerteza sobre o período necessário para sua realização. **12. Provisão para contingências e depósitos judiciais (a) Provisão para contingências** A Companhia e sua controlada, no desenvolvimento normal de suas operações, estão sujeitas a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, ambientais e cíveis. As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A provisão para contingências é originária, substancialmente, da controlada ABV que, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis:

	Controladora	Consolidado	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de abril	251	402				
Reversões	(157)	(5)				
Utilizações	(26)	(4)				
Atualizações	(280)	57				
Saldo em 31 de março	7	454				

Os processos referem-se: (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) reparação de danos em áreas que sofreram queimadas, do período em que a ABV exercia atividade agrícola. Em 31/03/2025, a ABV mantém outras processos em andamento, que em função dos estágios em que se encontram e não poder ser determinado o desfecho dessas ações, não foi constituída contabilmente provisão para perdas, baseada na posição de seus consultores jurídicos que consideram as chances de perdas com esses processos como possível (até 50% de chance de perdas), o valor desse passivo contingente monta a R\$ 3.278 (2024 - 6.374). **Tributação sobre os direitos creditórios** Conforme divulgado na NE 7 (b), a Companhia recebe precatórios de uma decisão judicial indenizatória sobre o processo conhecido por "Ação de Precios" - ao Processo do IAA. Tais valores são recebidos pela controlada indireta SM e repassados a LOP conforme o percentual de participação que ela detinha sobre a ABV, sendo de 55,31%. A controlada indireta SM atua o efeito dos impostos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) sobre a integridade dos precatórios recebidos e em conexão a ela, a controlada indireta propôs para discussão sobre a legalidade da tributação dos repasses considerando sua natureza indenizatória, os valores apurados são registrados no passivo como "tributos de exigibilidade suspensa" em contrapartida aos depósitos judiciais correspondentes. Considerando que os valores repassados a Companhia representam o valor da indenização líquido dos efeitos da tributação retida pela controlada indireta SM, que por sua vez é objeto de discussão e depósitos judiciais, a Companhia até fevereiro de 2023, não tributava os valores recebidos. Contudo, em fevereiro de 2023, a Companhia recebeu notificação das autoridades fiscais questionando a tributação sobre os valores repassados pela controlada indireta SM em decorrência do Processo de IAA. Diante da incerteza no entendimento da autoridade fiscal sobre a tributação desses valores, a administração, com apoio

de seus assessores jurídicos, revisou o tratamento fiscal até então adotado a luz do ICP 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro e concluiu ser necessário o registro dos tributos (IRPJ e CSLL) sobre estes valores recebidos, na modalidade de ganho de capital. Em decorrência da avaliação realizada pela Companhia, as obrigações acessórias dos exercícios afetados foram retificadas e a tratativa fiscal foi alterada para que os repasses recebidos no exercício findo 31/03/2024 fossem oferecidos a tributação (IRPJ e CSLL). Adicionalmente, os tributos apurados (IRPJ e CSLL) sobre os repasses recebidos em 2022, cuja obrigação acessória retificada foi aceita pela autoridade fiscal, foram recolhidos em 2024. Em dezembro de 2023, a Companhia propôs medida judicial para discussão dos tributos exigidos pela Receita Federal do Brasil (RFB) sobre os repasses recebidos em 2019, 2021 e 2022, cuja obrigação acessória retificada não foi aceita pela autoridade fiscal, bem como, da exigibilidade do PIS e COFINS sobre a totalidade dos repasses recebidos, e, em decorrência dos tramites judiciais, houve bloqueios de recursos conta corrente da Companhia no valor de R\$ 52.813. Atualmente, a parcela correspondente a exigibilidade do IRPJ e CSLL sobre os valores líquidos de indenização ainda em discussão está classificada como êxito retornado e tratada como obrigação líquida e certa nos termos do ICP 22, sendo reconhecida no passivo circulante como imposto de renda e contribuição social (Nota 11). A parcela correspondente a PIS e COFINS sobre a totalidade dos valores recebidos, no valor aproximado de R\$ 10.477, foi classificado como êxito possível pela assessoria jurídica, não sendo, portanto, objeto de provisão contábil. (b) **Depósitos/Bloqueios Judiciais** Existem situações em que a Companhia questiona a legalidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Quando os depósitos tenham uma provisão passiva constituída, são apresentados de forma líquida no passivo, pelo fato de ser enquadrado como instrumento financeiro compensável. Em 31/03/2025, a movimentação dos depósitos judiciais são como segue:

	Controladora	Consolidado	2025	2024	2025	2024
Depósitos/Bloqueios Judiciais						
Saldo em 1º de abril	59.113	59.448				
Adições	-	59.113	-	59.113		
Reversões	-	-	-	-		
Utilizações	-	(294)	-	(294)		
Atualizações	-	(30)	-	(30)		
Saldo em 31 de março	59.113	59.113	59.124	59.448		

13. Patrimônio líquido (a) Capital Social Em 4/10/2024, mediante a Assembleia Geral Ordinária Extraordinária (AGOE), os acionistas da Companhia deliberaram pelo aumento de capital social em R\$ 500.000, mediante capitalização da reserva de lucros, sem emissão de novas ações ordinárias nominativas, passando o capital social de R\$ 500.000 para R\$ 1.000.000. Deste modo, em 31/03/2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 1.000.000, está representado por 15.816.592 ações ordinárias, sem valor nominal. (b) **Ações em tesouraria de investida indireta** Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são requeridos, são reconhecidos ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutores do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios de controlada SM. Em 30/09/2024, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da SM, o cancelamento de 13.939.675 ações em tesouraria, e abertura do 8º Programa de compra de ações limitado a 10.000.000 ações. Abaixo, segue a movimentação ocorrida no exercício:

	Pagamento de bônus	Cancelamento de ações	2025		
Quantidade	2024	2024	2025		
Preço médio	29,99	28,31	(28,19)	29,73	23,41
Montante	16.325	496.309	(7.869)	(414.442)	90.323

A Companhia reconheceu os efeitos reflexos do cancelamento de ações em tesouraria de R\$ 97.744 (2024 - 3.700) para aquisição de ações, R\$ 1.819 para pagamentos de bônus de ações em tesouraria e R\$ 1.415 como perdas decorrentes de participação acionária. (c) **Ajustes de avaliação patrimonial de investidas (reflexos) (c.1) Despesas** Correspondem a mais-valia de custo atribuído de tributos, edificações e dependências, equipamentos e instalações industriais, veículos e máquinas e implementos agrícolas da controlada indireta SM, controlada ABV e controlada direta Paramirim. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica lucros acumulados. (c.2) **Hedge accounting** Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizados/liquidados da controlada indireta SM, classificados como hedge accounting. O saldo mencionado é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorrerem os vencimentos/embarques das operações correlatas. (d) **Reserva de lucros (d.1) Reserva legal** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31/03/2025, o montante de R\$ 8.511 foi destinado para a reserva legal (2024 - R\$ 734). (d.2) **Reserva de retenção** A reserva de retenção reflete os valores destinados para ornamento de capital da controlada SM, pela sua controladora LUN, cuja função é de obter recursos de investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos e capital de giro. (d.3) **Reserva de incentivos fiscais retidos** A controlada SM, participa do programa de incentivo fiscal junto ao Estado de Goiás na forma de adiantamento do pagamento do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS incidentes sobre a comercialização de etanol hidratado, denominado "Programa de desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. Com a alteração na legislação, a lei 14.789/23 determinou a tributação dos incentivos fiscais, e consequentemente não sendo mais necessário a constituição da reserva de lucros. (e) **Dividendos e juros sobre o capital próprio** Os acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a apropriação da reserva legal. A distribuição de dividendos e juros sobre capital ("JCP") próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Durante

o exercício, foi realizado o pagamento de JCP no montante bruto de R\$ 517.080 (2024 - 55.894). Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 15/04/2024, os acionistas aprovaram o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 4.682, referentes ao exercício encerrado em 31/03/2023. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 4/10/2024, os acionistas aprovaram o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 29.379, referentes ao exercício encerrado em 31/03/2024. No exercício findo em 31/03/2025, a diretoria da Companhia deliberou pela provisão de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 40.266 (2024 - R\$ 114.496), o qual será, posteriormente, submetido à aprovação pelos acionistas em Assembleia a ser realizada. **14. Lucro por ação** O lucro básico é calculado pela divisão do lucro tributável aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	Controlado	2025	2024
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	170.215	458.718	
Quantidade média ponderada das ações ordinárias no período - lotes de mil (i)		15.817	15.817
Lucro básico e diluído por ação - em R\$		10.7615	29.0016

(j) O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com o efeito diluidor sobre o resultado por ação. **15. Receitas operacionais líquidas**

	Controlado	2025	2024	
Receita bruta de vendas	2025	2024	2025	2024
Arrendamento de terras	-	-	5.924	5.924
Venda de imóveis e loteamentos	-	-	4.901	4.475
Venda de cana-de-açúcar	-	-	6.842	232
Aluguel de imóveis	-	-	171	177
	-	-	64.692	64.823

(-) Deduções das vendas Desenvolvidas (2.315) (2.464) Impostos sobre vendas (2.310) (2.313) **Receita líquida** (7.406) (2.095) (9.872) (4.324)

16. Custos e despesas por natureza

	Controladora	Consolidado	2025	2024	2025	2024
Impostos e taxas	(2)	(122)	(1.172)	(1.213)		
Despesas com pessoal	(186)	(176)	(725)	(693)		
Serviços de terceiros	(872)	(1.072)	(1.103)	(1.344)		

Despesas com patentes (6.346) (724) (6.639) (807) Custos dos imóveis vendidos - (25) (25) Outras despesas - (1) (211) (237) Depreciação (2) (5) (4) (4)

Classificadas como: Custos dos imóveis vendidos (25) (25) Despesas gerais (7.406) (2.095) (9.852) (4.299) e administrativas (7.406) (2.095) (9.872) (4.324)

17. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora	Consolidado	2025	2024	2025	2024
Outras receitas						
Repassa indenização (IAA) (Nota 8(b))	1.169	88.640	1.169	88.640		
Desapropriação de terra	-	21.244	-	21.244		
Venda imóvel	-	569	-	569		
Aluguel	1.169	110.453	5.141	110.453		

(-) **Outras despesas** PIS e COFINS (6.012) (3.380) (6.012) (3.380) sobre outras receitas (1.461) (1.461) (1.461) Outras (6.012) (4.841) (6.383) (4.841)

Outras receitas (despesas), líquidas (4.843) (105.612) (1.042) (105.612) Em setembro de 2023 a Companhia realizou a venda da Fazenda Capitão pelo valor de R\$ 35.498, imóvel que estava classificado em Propriedades para Investimentos. O ganho líquido na venda foi de R\$ 21.244. **18. Resultado financeiro**

	Controladora	Consolidado	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras decorrentes de:						
Recebimentos de aplicações financeiras	2.118	4.834	4.500	7.252		
Juros recebidos e auferidos	-	-	33	2		
Ajuste a valor presente	-	3.308	-	1.280		
Variação monetária ativa	2.118	8.142	7.173	12.027		

Despesas financeiras decorrentes de: Juros e multas (3.177) (18.246) (3.177) (18.246) sobre tributos (489) (492) (1.097) (744) Outras despesas bancárias e correntes (92) (298) (106) Perdas com aplicações financeiras (58) - (122) Variação monetária passiva (3.666) (3.898) (4.572) (3.898)

Resultado financeiro (1.548) (14.644) 2.601 (11.089) Em 31/03/2025 e 2024, devido a alteração do tratamento tributário adotado nos repasses recebidos dos direitos creditórios mencionados na Notas 7(b) e 12, houve a atualização do passivo tributário de imposto de renda e contribuição social a pagar no valor de R\$ 18.246.

19. Gerenciamento de riscos A Companhia, através de sua controlada indireta, está exposta a riscos de mercado, que incluem riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o crescimento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (ii) as estimativas do valor de cada risco tendem por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alocação de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e a proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da controlada contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou



Construcap-CCPS Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ/ME nº 61.584.223/0001-38 - NIRE 35.300.053.095

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 29 de Agosto de 2025

1. **Data, Hora e Local:** Realizada no dia 29 do mês de agosto de 2025, às 9:30 horas, na sede social da Construcap-CCPS Engenharia e Comércio S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8.501, 32º andar, Pinheiros, CEP 05425-070 ("Companhia"). 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do Estatuto Social da Companhia, por estarem presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto, Maria Sílvia Ribeiro Capobianco, Julio Capobianco Filho, Roberto Ribeiro Capobianco, José Tomás Vieira dos Santos e Geraldo Agosti Filho. 3. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos por Maria Lucia Ribeiro Capobianco e secretariados por Julio Capobianco Filho. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre, no âmbito da 3ª (terceira) emissão da **Urbia Gestão de Parques SPE S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.814.889/0001-25, na qualidade de emissora ("Emissora"), de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, a ser convolada e, espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 295.000.000,00 (duzentos e noventa e cinco milhões de reais) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para distribuição pública, sob o rito de registro automático, sem análise prévia, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e demais leis e regulamentações aplicáveis ("Oferta"), perante os titulares das Debêntures ("Debenturistas") nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Urbia Gestão de Parques SPE S.A.", ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Emissora e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunidade dos Debenturistas ("Agente Fiduciário"): (i) A outorga, pela Companhia, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido), de alienação fiduciária (i) da totalidade das ações alienadas, existentes e que venham a ser emitidas, de emissão da Emissora e titularidade da Companhia ("Ações Alienadas") e (ii) de 100% (cem por cento) de todos os frutos, rendimentos, vantagens e remunerações que forem expressamente atribuídos às Ações Alienadas, incluindo todos os dividendos (em dinheiro, espécie ou mediante distribuição de novas ações), lucros, pagamentos, créditos, bonificações, direitos econômicos, juros sobre capital próprio, distribuições, reembolso de capital, bônus e demais valores efetivamente creditados, pagos, entregues, recebidos ou a serem recebidos ou a serem recebidos ou a serem recebidos ou a serem recebidos em razão da titularidade das Ações Alienadas, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais sejam acionistas em razão da titularidade das Ações Alienadas, sob quaisquer condições, títulos ou valores mobiliários, a serem definidos pela Emissora ("Alienação Fiduciária de Ações"), de acordo com os termos e condições previstos no "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças", celebrado entre a Companhia, na qualidade de outorgante, o Agente Fiduciário, na qualidade de outorgado, e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Alienação Fiduciária"), observado que a eficácia da Alienação Fiduciária de Ações está sujeita a condição suspensiva, nos termos dos artigos 121 e 125 e seguintes do Código Civil, e passará a ser eficaz e executável, independentemente de qualquer aditamento, notificação ou registro mediante a (a) liquidação integral de todas as obrigações decorrentes das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Emissora, emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, do Urbia Gestão de Parques SPE S.A.", celebrado em 12 de dezembro de 2022, conforme aditado em tempos ("Divida Existente"); ou (b) obtenção da anuência para liberação dos Bens Alienados Fiduciariamente (conforme a ser definido no Contrato de Alienação Fiduciária) junto ao credor da Dívida Existente para constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Ações. Entende-se como "Obrigações Garantidas", a totalidade das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora e pela Companhia, na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia (conforme será definido na Escritura de Emissão) e nos demais documentos da Emissão, incluindo: (i) o Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme será definido na Escritura de Emissão) ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, a Remuneração (conforme será definido na Escritura de Emissão), os prêmios previstos na Escritura de Emissão, bem como os demais encargos relativos à Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia, seja em cada Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures (conforme será definido na Escritura de Emissão), Data de Amortização das Debêntures (conforme será definido na Escritura de Emissão), Data de Vencimento (conforme será definido na Escritura de Emissão), em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme será definido na Escritura de Emissão), do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme será definido na Escritura de Emissão) ou da Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme será definido na Escritura de Emissão) e Aquisição Facultativa (conforme será definido na Escritura de Emissão) e, se for o caso, os Encargos Moratórios (conforme será definido na Escritura de Emissão), bem como todas as despesas, indenizações e custos devidos pela Emissora e/ou pela Companhia com relação à Escritura de Emissão, aos Contratos de Garantia e seus aditamentos; e (ii) eventuais custos necessários e comprovadamente incorridos pelos Debenturistas, incluindo a Remuneração do Agente Fiduciário, em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais, compreendendo a guarda, a manutenção, a defesa e prerrogativas relacionadas à Escritura de Emissão e aos demais documentos da Emissão; (iii) A autorização expressa para os Diretores e/ou representantes legais da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia, praticarem todos os atos, tomarem todas as providências e adotarem todas as medidas necessárias relativas à consecução e formalização da outorga da Alienação Fiduciária de Ações no âmbito da Emissão, incluindo, sem limitação, a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária e do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, do Urbia Gestão de Parques SPE S.A.", ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre a Emissora, a Companhia e instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários que realizará a distribuição das Debêntures, e eventuais aditamentos a referidos documentos, a outorga de eventuais procurações, inclusive a procuração a ser outorgada no âmbito da Alienação Fiduciária de Ações, bem como a realização do registro dos referidos documentos perante os órgãos competentes, conforme o caso; e (iv) A ratificação dos atos já praticados pelos Diretores, representantes legais e eventuais procuradores bastante constituídos relacionados às deliberações acima. 5. **Deliberação:** Presentes todos os conselheiros da Companhia que apreciaram as matérias constantes da Ordem do Dia e, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram: (i) Aprovar a outorga da Alienação Fiduciária de Ações pela Companhia, através da celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, no âmbito da Emissão das Debêntures; (ii) Aprovar a autorização expressa para os Diretores e/ou representantes legais da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia, praticarem todos os atos, tomarem todas as providências e adotarem todas as medidas necessárias relativas à consecução e formalização da outorga da Alienação Fiduciária de Ações no âmbito da Emissão, incluindo, sem limitação, a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária e do Contrato de Distribuição, e eventuais aditamentos a referidos documentos, a outorga de eventuais procurações, inclusive a procuração a ser outorgada no âmbito da Alienação Fiduciária de Ações, bem como a realização do registro dos referidos documentos perante os órgãos competentes, conforme o caso; e (iii) Aprovar a ratificação dos atos já praticados pelos Diretores, representantes legais e procuradores bastante constituídos, relacionados às deliberações acima. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada de forma digital por todos os presentes. São Paulo/SP, 29 de agosto de 2025. Presidente da Mesa: Maria Lucia Ribeiro Capobianco; Secretário: Julio Capobianco Filho. Conselheiros presentes: Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto, Maria Sílvia Ribeiro Capobianco, Julio Capobianco Filho, Roberto Ribeiro Capobianco, José Tomás Vieira dos Santos e Geraldo Agosti Filho. **Confere com a original lavrada em livro próprio. Mesa:** Maria Lucia Ribeiro Capobianco - Presidente; Julio Capobianco Filho - Secretário. **Conselheiros:** Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto, Roberto Ribeiro Capobianco, Maria Sílvia Ribeiro Capobianco, José Tomás Vieira dos Santos, Julio Capobianco Filho, Geraldo Agosti Filho. **JUCESP nº 289.582/25-8 em 03/09/2025.** Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Saiba como será a retirada de botijões pelo programa Gás do Povo



Foto: Marecello Casati/ABR

O governo federal anunciou na quinta-feira (4) o programa Gás do Povo, que garantirá gás de cozinha gratuito à população de baixa renda, com a expectativa de atender cerca de 15,5 milhões de famílias. A iniciativa substitui o antigo Vale Gás, em que o beneficiário recebia o valor em dinheiro. Agora, será possível retirar o botijão de gás do forma gratuita diretamente em revendedoras credenciadas ao programa. De acordo com o governo, a mudança aumenta a eficiência, a transparência e o controle da política pública.

Quem tem direito ao benefício?

Terão direito ao botijão de gás as famílias inscritas no CadÚnico com renda mensal de até meio salário mínimo (R\$ 759) por pessoa. Quem recebe Bolsa Família (renda per capita de até R\$ 218) terá preferência no Gás do Povo.

Como será a retirada dos botijões?

O beneficiário vai retirar os botijões diretamente na venda credenciada mais próxima de sua casa, sem intermediários. Não haverá, portanto, qualquer pagamento em dinheiro no ato da retirada.

A gratuidade será concedida no momento da compra, mediante validação eletrônica na venda habilitada. De acordo com o governo, a autorização para a retirada se dará por meio de quatro modalidades, ainda em fase de detalhamento.

Aplicativo Vale Digital

Cartão específico para o programa

QR Code (via cartão do Bolsa Família)

Cartão do Bolsa Família

O vale eletrônico será emitido em nome do responsável fa-

miliar registrado no CadÚnico.

Quando começa a valer?

A previsão do governo é que os primeiros botijões comecem a ser entregues ainda em novembro de 2025. A transição do Vale Gás, em dinheiro, para o Gás do Povo, com a retirada dos botijões, será gradual.

Quantos botijões cada família vai ganhar?

Serão distribuídos até seis botijões por família, a depender do número de moradores de cada casa.

Famílias com 2 integrantes: Receberão até 3 botijões por ano. Cada vale terá validade de 4 meses.

Famílias com 3 integrantes: Receberão até 4 botijões por ano. Cada vale terá validade de 4 meses.

Famílias com 4 ou mais integrantes: Receberão até 6 botijões por ano. Cada vale terá validade de 4 meses.

Como será realizado o cadastramento das revendas?

As revendas que quiserem participar do programa deverão se credenciar voluntariamente junto à Caixa Econômica Federal. Elas deverão cumprir requisitos de identidade visual padronizada, além de estarem aptas para operar com o vale eletrônico.

Como identificar uma revenda que participa do programa?

O programa Gás do Povo prevê que a revenda habilitada adote regras de identidade visual do programa, seja nas portarias, nos veículos de transporte, materiais de comunicação e no próprio botijão. Além disso, o aplicativo do beneficiário mostrará a lista atualizada das revendas credenciadas. (Agência Brasil)

BC limita a R\$ 15 mil valor de TED e Pix para instituições que usam empresas de serviços de tecnologia

Sob pressão após ataques hackers que provocaram desvios milionários de recursos e infiltração do crime organizado na economia, o Banco Central anunciou na sexta-feira (5) um conjunto de medidas para endurecer as regras aplicadas às instituições e reforçar a segurança do sistema financeiro nacional.

Entre as novas regras, estabelece um limite de R\$ 15 mil no valor das operações de TED e Pix para instituições de pagamento não autorizadas pelo regulador e para as que se conectam ao sistema financeiro por meio das chamadas PSTIs (Prestadores de Serviços de Tecnologia da Informação). As transações que excederem esse teto serão travadas pelo próprio sistema do BC.

"Faria Lima ou fintechs são as vítimas do crime organizado", afirmou Gabriel Galpólo, presidente do BC, no detalhamento das medidas a jornalistas, em Brasília. "Elas [medidas] são contra o crime organizado, não contra qualquer tipo de instituição ou segmento", acrescentou.

Segundo o BC, as medidas entrarão em vigor imediatamente. A publicação da norma com as novas regras está prevista para ocorrer ainda nesta sexta.

"Transitoriamente, os participantes que atestarem a adoção de controles de segurança da informação poderão ser dispensados da limitação por até 90 dias", disse a autoridade monetária em nota, sinalizando que essa é uma medida de caráter excepcional.

De acordo com Galpólo, 99% das transações feitas por pessoas jurídicas via Pix ou TED estão abaixo do valor limite de R\$ 15 mil. "Se fosse falar de pessoas físicas, esse valor seria de R\$ 3.700, então, a gente tem uma folga bastante boa. Apenas 1% de pessoa jurídica se encaixa acima desse valor de R\$ 15 mil", afirmou. Segundo ele, o tamanho do universo de contas atingidas representa 3% do total do sistema.

"Ao restringir o valor que é possível de ser feito, vai forçar a necessidade, para fazer algum tipo de ataque, uma repetição de operações maior, o que tende a ser capturado mais rápido esse

indicativo de movimento", disse o presidente do BC.

A autarquia também anunciou o aumento dos requisitos e controles para o credenciamento dos prestadores de serviços de tecnologia, ampliando os requerimentos de governança e de gestão de riscos. O BC passou a exigir capital mínimo de R\$ 15 milhões. Até então, não havia exigência de valor para esse tipo de empresa. Hoje, cerca de 250 instituições acessam o ecossistema do BC por meio delas.

"O descumprimento estará sujeito à aplicação de medidas cautelares ou até ao descredenciamento. A norma entra em vigor imediatamente e os PSTI em atividade têm até quatro meses para se adequarem", disse o BC em nota.

O Banco Central definiu ainda que nenhuma instituição de pagamento poderá começar a operar sem prévia autorização. Com isso, o prazo final para que instituições de pagamento não autorizadas solicitem aval para funcionamento foi antecipado de dezembro de 2029 para maio do ano que vem.

Atualmente, aguardam autorização do BC 72 instituições de pagamento e mais 70 instituições de outras categorias. O regulador tem expectativa de receber requerimentos de mais 14 instituições de pagamento ainda neste ano e outros 76 pedidos desse tipo de instituição no ano que vem.

A instituição de pagamento que já estiver prestando serviços e tenha seu pedido de autorizações negado deverá encerrar suas atividades em até 30 dias, conforme determinação da autoridade monetária.

Na última semana, um ataque cibernético desviou R\$ 710 milhões da empresa Sinqua, que conecta instituições financeiras ao sistema Pix. Nesse caso, mais de 80% dos recursos desviados foram recuperados. O episódio se soma ao ataque bilionário que atingiu a C&M Software, ocorrido em 30 de junho. Um terceiro caso foi registrado recentemente, envolvendo a fintech gaúcha Monbank.

O aperfeiçoamento da segurança do sistema financeiro ganhou mais urgência depois que operações da Polícia Federal e do Ministério Público de São Paulo, realizadas em agosto, miraram a infiltração do PCC (Primeiro Comando da Capital) na cadeia produtiva do setor de combustíveis e do mercado financeiro.

As investigações afirmaram que, para movimentar e ocultar o dinheiro ilícito, o PCC desenvolveu uma estrutura financeira complexa e profissional, envolvendo utilização de corretoras, administradoras de diferentes tipos de fundos de investimento e fintechs.

Também participaram do anúncio das medidas os diretores Izabela Correa (Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta) e Gilneu Vivan (Regulação), além do secretário-executivo do BC, Rogério Lucca.

Segundo Galpólo, diante dos recentes acontecimentos, o BC optou por antecipar medidas que já estavam mais maduras em vez de aguardar até que todo o pacote estivesse pronto. Ele prometeu um anúncio em breve de outras iniciativas que também vão na direção de reforçar a segurança do sistema financeiro.

O BC está debruçado, por exemplo, sobre a regulação de contas-bolsão depois que investigações mostraram que facções criminosas se aproveitaram desse instrumento para ocultação de bens, lavagem de dinheiro e evasão fiscal.

Contas-bolsão são contas correntes abertas por fintechs de pequeno porte, que não têm acesso ao sistema brasileiro de pagamentos, em bancos tradicionais e outras instituições de pagamento.

"Algumas dessas práticas são reguladas, outras são ou descumprimento normativo ou atos irregulares. O que a gente está trabalhando é para conseguir separar e melhorar a tipificação e o reforço de restrição para o uso desse tipo de prática", afirmou o diretor de Regulação do BC.

A regulamentação envolvendo criptoativos e BaaS (Banking as a Service) também está sendo trabalhada pela diretoria do Ban-

co Central. "Estamos em fase final de conclusão dessas minutas e elas devem sair ao longo dos próximos meses", acrescentou Vivan.

Outra medida que está sendo desenhada é uma alteração na exigência de capital mínimo de instituições de pagamento, que passaria para algo em torno de R\$ 7 milhões -o valor atual não foi informado. A ideia, segundo o diretor do BC, é que o montante exigido deixe de ser associado ao tipo de instituição e passe a corresponder às atividades ofertadas por ela.

De acordo com Galpólo, as medidas anunciadas levaram em consideração a capacidade operacional da instituição. "A gente acaba tendo um remanejamento de pessoas para forças-tarefas como essa, o que acaba não permitindo que a gente consiga fazer simultaneamente as entregas que a gente gostaria de inovar junto com algumas medidas que a gente está adotando agora", disse.

Ele também voltou a defender a atualização do arcabouço institucional pretendida pela PEC (proposta de emenda à Constituição) que dá autonomia financeira e orçamentária à autoridade monetária e fez um aceno ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pela manifestação de apoio à autonomia do BC.

Após o anúncio das mudanças, a Abranet (Associação Brasileira de Internet) manifestou apoio às medidas, dizendo que "preservam a inovação, a cidadania financeira e a competição no ainda concentrado sistema financeiro no Brasil."

"A Abranet considera que o maior rigor na regulação e fiscalização de prestadores de serviços de tecnologia financeira, a definição de tetos para movimentações via Pix, o combate às fraudes, entre outros, ajudam a manter a confiança dos usuários para que continuem usufruindo dos ganhos expressivos trazidos com a competição e inovação no sistema de pagamentos, a exemplo das contas digitais gratuitas e popularização do Pix", afirmou a entidade em nota. (Folhapress)

Grupo português vence leilão do túnel Santos-Guarujá

O grupo português Mota-Engil, que tem participação da empresa chinesa China Communications Construction Company (CCCC), venceu nesta sexta-feira (5) o leilão para a construção do túnel que vai ligar as cidades de Santos e Guarujá, no litoral paulista.

O leilão foi realizado durante a tarde de hoje na B3, sede da Bolsa de Valores de São Paulo, e contou com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin, dos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Márcio França (Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte do Brasil) e Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, além de deputados, secretários estaduais e outras autoridades.

O grupo ofereceu 0,50% de desconto, batendo a proposta feita pelo outro grupo estrangeiro, a espanhola Acciona, que ofereceu zero por cento de desconto sobre o valor da contraprestação pública.

O critério de julgamento do leilão selecionou a proposta que ofereceu maior percentual de desconto sobre o valor da contraprestação pública máxima, fixada em R\$ 438,3 milhões ao ano. A concessionária vencedora do leilão ficará responsável pela construção, operação e manutenção do túnel por um período de 30 anos.

Com investimento estimado em R\$ 6,8 bilhões, o projeto terá aporte público de até R\$ 5,14 bilhões, dividido igualmente entre o governo de São Paulo e o governo federal. O restante será coberto pela iniciativa privada.

Enquanto o certame era realizado, um grupo realizou um protesto na frente da sede da B3. Eles argumentam que a obra vai provocar desapropriações.

"Nós estamos aqui representando uma comunidade que há muitos anos está lá instalada, que nasceram ou vivem lá. O que nós queremos é que seja feita um processo de desapropriação justo, ético, moral e digno", disse José Santaella, da Associação Comunitária do Macuco, localizada em Santos, em entrevista à Agência Brasil.

Segundo ele, cerca de 200 famílias podem chegar a ser impactadas a depender do local de instalação do túnel. Famílias que vivem na região ainda não receberam informações sobre possíveis impactos.

"O que nós queremos é uma tutela do Estado, que o Estado garanta uma documentação rápida para as pessoas que não tem isso hoje. Depois, que faça uma avaliação dos imóveis do entorno porque a cidade de Santos é uma ilha", disse Santaella, ressaltando que a comunidade luta para que não ocorra "expulsão dessa comunidade" da cidade de Santos.

Na quinta-feira (4), o ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU), rejeitou um pedido feito pelo Ministério Público junto ao TCU (MPPTCU) para suspender o leilão do túnel.

O MPPTCU questionava o modelo do leilão, que poderia sugerir que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) "tivesse favorecido grupos estrangeiros e imposto restrições às empresas brasi-



Foto: MPA/Divulgação

leiras, inviabilizando sua participação no certame".

Em sua decisão, o ministro Bruno Dantas considerou que a representação se baseava "apenas em reportagem jornalística" e não apresentava provas concretas de irregularidades.

Para o ministro do TCU, questões de financiamento são externas ao processo licitatório e não configuram falhas no edital.

O túnel Santos-Guarujá é a maior obra do Novo PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) e será a primeira travessia submersa do Brasil. Terá 1,5 quilômetro de extensão.

Desse total, 870 metros serão imersos, com módulos de concreto pré-moldados instalados no leito do canal portuário.

O projeto inclui três faixas de rolamento em cada sentido, uma delas adaptada para Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), além de ciclovia e espaço para pedestres e galeria de serviços.

O projeto já conta com licença ambiental prévia da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), emitida em agosto de 2025.

Atualmente, há dois principais modos de travessia entre as duas cidades: o trajeto de 43 km via Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055), utilizado por veículos comerciais, com tempo médio de 60 minutos; e o sistema de balsas e barcas, usado por pedestres, ciclistas e veículos leves, com tempos de travessia que variam de 18 a 60 minutos, dependendo das condições operacionais do porto.

Segundo o governo paulista, as travessias por embarcações transportam diariamente mais de 21 mil veículos, 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres.

Com o túnel, o tempo gasto nessa travessia não deverá ultrapassar cinco minutos.

Além de reduzir o tempo de deslocamento, o túnel vai ligar as regiões de Outerinhos e Macuco, em Santos, ao bairro Vicente de Carvalho, em Guarujá, o que deverá aliviar o tráfego na rodovia, impulsionar o turismo, fortalecer a economia local e contribuir para a redução de emissões, ao incentivar meios coletivos e sustentáveis de transporte. (Agência Brasil)

Nacionais

Novo Jeep Commander 2026

Destaque entre os SUVs de sete lugares desde o lançamento, o Commander também oferece 5 anos de garantia, assim como toda a gama nacional. Referência na categoria de SUVs grandes no país, o Jeep Commander é o modelo que tem a melhor proposta para os clientes entre design, performance, tecnologia e alto nível de conforto e sofisticação, capacidade 4x4 e preço. Ele foi o primeiro modelo da Jeep totalmente desenvolvido e produzido em nosso país e faz parte do legado da marca no território nacional.

Com design renovado, ainda mais recursos de tecnologia e segurança de última geração, o modelo evoluiu para atender às expectativas dos consumidores mais exigentes, sem abrir mão de entregar altas doses de refinamento e um DNA aventureiro que só a Jeep é capaz de oferecer. Além disso, o Commander traz uma redução de preços em todas as versões para reforçar a competitividade na categoria.

A maior mudança no design do Jeep Commander desde o lançamento incluiu um exclusivo conjunto óptico com faróis com assinatura em LED redesenhados, além de novas grades frontais, destacando as tradicionais sete fendas da Jeep. O modelo também ganhou novo para-choque dianteiro, deixando o Commander ainda mais imponente, enquanto a nova lanterna traseira com iluminação em LED contínua dá um toque a mais de sofisticação ao SUV. O visual é complementado, ainda, por novas rodas exclusivas em todas as versões, tornando carro ainda mais esportivo.

No interior, as versões Overland e Blackhawk ganharam câmera 360°, que amplia a

segurança e a praticidade em manobras, além de ser uma ótima ferramenta off-road para visualizar e superar obstáculos nas trilhas. Já o novo câmbio rotary shifter, que substitui a alavanca tradicional por um comando giratório, equipa as versões Overland turbodiesel e a Blackhawk Hurricane, aumentando o nível de conforto para o motorista. O Commander também conta com banco do motorista com ajuste elétrico, que garante conforto e ergonomia, reforçando o padrão premium do modelo e o alto nível de todo o acabamento interno. O Novo Commander oferece 7 lugares em todas as versões, com a Limited trazendo novos detalhes em cinza no seu interior e a Blackhawk e Overland adicionando novos detalhes no acabamento, ainda mais sofisticado em todas as versões.

Todas as versões do Commander seguem equipadas com tecnologia de direção automática ADAS de nível 2, que garante mais segurança aos ocupantes do carro. O pacote, o mais completo e avançado oferecido no Brasil, inclui alerta de colisão com frenagem automática, detecção de ponto cego e de tráfego cruzado, alerta de mudança de faixa, frenagem de emergência para pedestres, ciclistas ou motociclistas, detector de fadiga do motorista, reconhecimento de placas de velocidade, comutação automática de faróis, piloto automático adaptativo e detecção de mãos fora do volante.

O Commander também é equipado com quadro de instrumentos digital de 10,25", com alta definição e personalização completa das informações exibidas. O modelo conta, ainda, com central multimídia de 10,1" com Alexa integrada, exclusivo entre os con-



correntes, permitindo que o condutor consulte diversas funções do veículo por meio de comando de voz. O modelo também oferece Wi-Fi Hotspot gratuito por 12 meses. Além disso, nas versões a partir da Limited, o SUV segue equipado com o sistema Adventure Intelligence Plus, que permite, entre diversas funções, o monitoramento em tempo real do veículo, ampliando a experiência do usuário com a marca.

Três ofertas de motorização

O Jeep Commander é o SUV mais versátil da categoria, com diferentes motorizações que atendem aos desejos de cada consumidor. Com o motor Hurricane 2.0T, entrega 272 CV de potência e 400 Nm de torque, acelerando de 0 a 100 km/h em impressionantes 7 segundos. Para quem prefere a opção diesel, o motor Multijet 2.2 turbodi-

esel entrega 200 CV de potência e 450 Nm de torque.

Ambos os motores estão associados a um câmbio automático de nove marchas e a Tração 4x4 Jeep Active Drive Low com seletor de terrenos para um desempenho incomparável e a máxima capacidade off-road, incluindo o controle de descida em rampas (HDC) e as Off-Road Pages no painel de instrumentos. Na versão Blackhawk, toda a condução também é facilitada pelas Performance Pages, que indicam a pressão da turbina, G-force, potência e torque.

Já o consagrado motor T270 turbodiesel oferece 176 CV de potência e 270 Nm de torque associado a um câmbio automático de 6 velocidades e tração 4x2 e o Jeep Traction Control+, sistema de controle de tração que atua em situações em que o veículo se

encontra com uma das rodas em baixa aderência com o solo, aplicando torque de frenagem na roda que está escorregando e transferindo, pelo diferencial, o torque para outra roda em contato com o piso.

Assim como toda a gama nacional Jeep o Commander oferece 5 anos de garantia e assistência 24h em todo território nacional.

Acessórios que deixam o Jeep Commander ainda mais exclusivo

Ao todo são mais de 40 acessórios disponíveis, como por exemplo Engate Reboque Integrado ao para-choque Traseiro, Estribos Laterais e Jogo de Tapetes com Bordas Elevadas que reforçam ainda mais a capacidade off-road do modelo, um diferencial entre seus concorrentes. O modelo conta também com Projeter de Logo, Protetor de Soleira Iluminado e Rebatimento do Retrovisor (Tilt Down) que reforçam os pilares de tecnologia e design do veículo. As revisões seguem o modelo da Jeep de 12 mil km ou 1 ano para os motores T270 e Hurricane, e de 20 mil km ou 1 ano para o Multijet 2.2 turbodiesel. O plano de revisões a preço fixo também segue para o Novo Jeep Commander.

Confira os preços do Novo Jeep Commander:

Longitude T270: R\$ 220.990 (redução de R\$ 19 mil)

Limited T270: R\$ 246.990 (redução de R\$ 11 mil)

Overland T270: R\$ 273.990 (redução de R\$ 7 mil)

Overland 2.2 Turbodiesel: R\$ 308.490 (redução de R\$ 6 mil)

Blackhawk Hurricane: R\$ 324.990 (redução de R\$ 16 mil)

BMW X5, híbrido plug-in brasileiro



Marco na indústria automobilística brasileira por ser o primeiro carro híbrido plug-in produzido no Brasil e na América do Sul, o BMW X5 também é o modelo em série mais sofisticado, tecnológico e potente já fabricado na América do Sul. Produzido na Planta Araquari/SC do BMW Group desde novembro de 2024, o modelo foi eleito a "Inovação do ano" no Prêmio Carro do Ano 2025, da revista Autoesporte.

A decisão de produzir o X5 híbrido plug-in em Araquari foi incentivada pelo forte desempenho dos modelos eletrificados no mercado brasileiro. Em 2024, um em cada

quatro BMWs vendidos no país foi totalmente elétrico ou híbrido plug-in.

O BMW Group é a empresa de mobilidade premium mais bem-sucedida no Brasil nos últimos 10 anos, quando a Planta Araquari foi inaugurada. Além do BMW X5, também são produzidos os modelos BMW Série 3 em todas as versões 320i, BMW X1 e BMW X4.

Com visual que mescla robustez e elegância, o BMW X5 tem faróis afilados e a grade em forma de duplo rim marcando a aparência dianteira. Além disso, o modelo é equipado com o BMW Iconic Glow, uma iluminação ao redor da grade que confere ao

modelo um visual ainda mais moderno. Na traseira, as lanternas têm contornos e formatos de iluminação que dão ao modelo um visual imponente em ambientes noturnos. Por dentro, o modelo é equipado com o BMW Curved Display, composto por uma tela de informações de 12,3 polegadas atrás do volante e outra tela de 14,9 polegadas que faz o papel de central multimídia. O sistema se tornou marca registrada nos modelos da BMW e torna a condução muito mais agradável e reduzem significativamente o número de botões em favor do controle digital para inúmeras funções.

Debaixo do capô, o BMW X5 híbrido plug-in usa o que há de mais moderno. O modelo é equipado com um motor a gasolina de seis cilindros em linha de 313 cv e um motor elétrico de 197cv, que juntos desenvolvem 489 cv de potência e 700 Nm de torque combinados. Integrado na transmissão Steptronic Sport de oito marchas, o motor elétrico utiliza um novo sistema pré-engrenagem para melhorar a entrega de torque e contribuir para um desempenho ainda mais esportivo para o modelo. O BMW X5 xDrive50e acelera de 0 a 100km/h em apenas 4,8 segundos.

A quantidade de energia utilizável que pode ser armazenada pela bateria de alta tensão é de 25,7 kWh, o que confere ao X5 um alcance em modo 100% elétrico até 79 km, de acordo com o ciclo PBEV. Dois carregadores de alta potência acompanham o carro, um carregador Flex Charger portátil de até 11 kW e uma BMW Wallbox de até 22 kW garantem a recarga em casa e em viagens.

Motos

Bieffe apresenta novos grafismos



A Bieffe, marca tradicional no mercado brasileiro de capacetes, anuncia a chegada de novos grafismos em seis de seus principais modelos. Os lançamentos representam mais do que uma atualização visual: traduzem a relação entre motociclista e estrada, entre proteção e atitude. Com foco em diferentes perfis de uso e estilos de pilotagem, os lançamentos reforçam o posicionamento da marca no universo sofisticado de lifestyle sobre duas rodas.

Cada modelo conversa com um tipo de motociclista — o técnico, o ousado, o sensorial, o explorador e o aventureiro — reforçando o elo entre capacete e identidade.

B-Carbon Connect – o piloto técnico e preciso

Para quem vive a velocidade como uma extensão da alma, o B-Carbon Connect é a escolha natural. Feito em fibra de carbono 6K, o modelo impressiona pelo visual imponente com trama aparente, cortes angulados e presença sofisticada. Combina aerodinâmica, leveza e alto desempenho. Disponível na cor preto e vermelho com faixas em azul e branco, nos tamanhos 56, 58, 60 e 62, com preço sugerido de R\$ 2.809,90.

B-Reaper Ride – o piloto ousado e protagonista

Pensado para quem encara a motovelocidade com atitude, o B-Reaper Ride traz linhas dinâmicas e grafismos vibrantes que expressam energia e domínio. O casco foi desenvolvido em bi-composite, uma mescla de carbono e vidro resinado, fibras com excelente resistência à impactos e leveza. São três versões que combinam adrenalina e estilo com espírito competitivo: branco e azul, vermelho perolado e preto, e amarelo limão e preto. Disponível nos tamanhos 56, 58, 60 e 62, com preço sugerido de R\$ 1.859,90.

B-Fast Climax – o viajante sensorial

Para quem transforma qualquer trajeto em experiência emocional, o B-Fast Climax combina linhas ousadas com contrastes marcantes. É o capacete de quem pilota com

alma e vê na estrada um espaço de liberdade, superação e propósito. As combinações de cores traduzem diferentes personalidades: cinza moon fosco e amarelo (tamanhos 56 a 64), roxo metalizado e pink, vermelho metalizado e branco, e preto com detalhes coloridos (todos nos tamanhos 56, 58, 60 e 62). Preço sugerido: R\$ 899,90.

B40 Hunting – o explorador autêntico

Criado para quem traça o próprio caminho, o B40 Hunting reforça a ideia de movimento e autenticidade. Suas linhas agressivas e cores sólidas expressam força, precisão e liberdade. A versão em preto e camaleão acompanha viseiras cristal e color, disponível nos tamanhos 56, 58, 60 e 61, com preço sugerido de R\$ 699,90.

B-Trail Frontier – o aventureiro raiz

Para motociclistas que encaram qualquer terreno e buscam conexão com o ambiente, o B-Trail Frontier oferece design imponente, pala aerodinâmica e grafismos inspirados na natureza. Suas cores representam diferentes sensações: preto e verde (força e sobriedade), azul dark e laranja (liberdade ao entardecer), e preto com tons desérticos (clássico e atemporal). Disponível nos tamanhos 56, 58, 60 e 62, com preço sugerido de R\$ 809,90.

B12 Imperium – o urbano com presença e elegância

Com acabamento refinado e símbolo do dragão como ícone de domínio, o B12 Imperium foi feito para quem impõe estilo na cidade sem abrir mão do caráter esportivo. Com versões em preto e dourado, branco perolado e dourado, e preto e grafite, o modelo está disponível nos tamanhos 56, 58, 60 e 62, com preço sugerido de R\$ 569,90. Com tamanhos que vão do 56 ao 64 e preços que acompanham diferentes perfis de motociclistas — de R\$ 569,90 a R\$ 2.809,90 — a nova coleção reforça o compromisso da marca com segurança, conforto e performance, sem abrir mão da autenticidade.

Importados

Chevrolet promove test-drive de veículo elétrico

A Chevrolet realiza neste sábado (06/ set) o Spark Drive, o maior test-drive simultâneo de veículo elétrico já organizado pela marca no Brasil. A ação envolverá 138 concessionárias, oferecendo ao público a experiência de conhecer de perto o novo Spark EUV.

A iniciativa reforça a atuação da Chevrolet no segmento de elétricos e evidencia o compromisso da marca em tornar a mobilidade sustentável cada vez mais acessível ao consumidor brasileiro, com o respaldo de uma marca forte e presente no Brasil há 100 anos.

A iniciativa reforça a atuação da Chevrolet no segmento de elétricos e evidencia o compromisso da marca em tornar a mobilidade sustentável cada vez mais acessível aos consumidores brasileiros.

O Chevrolet Spark EUV foi desenvolvido para atender às demandas da mobilidade urbana elétrica. É equipado com motor elétrico de torque instantâneo e bateria com autonomia de 258 km, de acordo com o ciclo do Inmetro, e recarga rápida que recupera até 80% da bateria em 35 minutos. Outro destaque é o Chevrolet Intelligent Driving, pacote de tecnologias de assistência ao motorista que amplia a segurança e o conforto.

O Spark EUV chega para complementar o portfólio de elétricos da Chevrolet, que já



oferece os modelos premium Blazer EV e Equinox EV.

Uma experiência nacional

Durante o Spark Drive, os clientes poderão testar o SUV em percursos urbanos próximos às concessionárias, participar de apresentações exclusivas sobre seus diferen-

ciais e visitar o showroom especialmente preparado para o evento. Profissionais capacitados estarão à disposição para esclarecer dúvidas sobre a mobilidade elétrica. Para participar e encontrar a concessionária mais próxima, acesse o link <https://leadshowgm.com.br/lancamento-spark-euv/>

Expediente

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP

Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP

Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549